

Editorial

Enfoques do Islã na atualidade

O presente número da Reflexão reúne uma série de oito estudos brasileiros e um francês sobre o Islã na atualidade. Temáticas diversas como religião, diálogo inter-religioso, ética, amor, corpo, sexo, casamento, tabu, desejo, prazer, mídia, cinema, migração, fundamentalismo, entre outros temas correlatos tecem e entretecem as diversas abordagens. Portanto, trata-se de enfoques muito diversos da atualidade e que têm o Islã como pano de fundo. Diante desse cenário da diversidade de propostas e perspectivas, assumimos o ônus e o bônus de apresentar as respectivas contribuições em forma de recortes parciais dos resultados finais e/ou conclusivos a que cada uma das pesquisas apresentadas acabou chegando. Na seção temática principal bem como na seção temática livre encontram-se reunidos estudos em perspectivas de áreas e abordagens diversas sobre o Islã. É o que veremos sintética e recortadamente a seguir.

O Abdelhafid Hammouche brinda-nos com o estudo “A visibilidade das práticas religiosas associadas aos migrantes e a seus descendentes na França”, com tradução esmerada e competente de José Olinda Braga, no qual podemos ler: “A resposta avançada aqui dá conta da dinâmica social do bairro, com suas fases de comunidade-mosaica e pós-intermediária. Estas indicam uma mudança de contexto para pensar as adaptações do *habitus*. Porque, como o diz Roger Chartier, o *habitus* ‘permite pensar a descontinuidade’, mas ‘depende do lugar no qual ele se exerce’; e se o campo é outro, o mesmo *habitus* produz efeitos diferentes. Essa inscrição em um conjunto de relações põe, contudo, a questão de saber se, nas situações evocadas rapidamente mais acima, é preferível utilizar o conceito de relações práticas como o faço ou aquele de campo. Bernard Lahire enfatiza legitimamente que este não é sempre adaptado para analisar situações que não possuem as características de um espaço de legitimação por relações de força implicando diversos participantes. Aqui, o conceito de relações práticas parece mais indicada para significar um espaço de relação, marcada pela continuidade desejada ou não e ao mesmo tempo se impondo a um conjunto de agentes ligados pela conjuntura. Esse ângulo é mais judicioso para aproximar a (re)definição e a legitimação da filiação a uma história migratória, a apropriação da herança cultural e simbólica no contexto de hoje. A tensão aparece assim gerada e ligada ao desafio que constitui a ‘boa’ definição do dogma em atos; uma definição que revela um desafio político para aceitar a multiculturalidade da sociedade francesa, mas também uma alteridade entre semelhantes de condição quando

se revela tentativas de erigir uma ortodoxia podendo se exprimir sob forma de intervenções moralizadoras como se observa em certas periferias. O desafio é, pois, assim aquele da definição da alteridade na sociedade francesa. Vimos nesse artigo que as condições sociais, diferente entre aqueles dos bairros populares segregados e dos migrantes em reserva, ou aqueles de situações evocadas na sequência do texto, participam da definição da cidadania e da expressão da prática religiosa. Se não são sempre mudanças formais que sustentam a evolução das práticas, estas em todo caso aparecem sujeitas ao contexto. O interesse primeiro levado a situações concretas à altura dos indivíduos não impede em nada de tomar igualmente em consideração os debates que nutrem o espaço nacional e internacional, como o vimos com o ‘véu islâmico’, ou uma contextualização mais abrangente. Assim, o período dos anos 1970 com a crise industrial e as numerosas partidas em pré-aposentadoria, concomitante à concepção de fato da sedentarização condicionam largamente a reivindicação de uma visibilidade assumida”.

Delano de Jesus Silva Santos, sob o título “*Ibn Arabi e a unidade do ser (wahdat al-wujud): mística islâmica e diálogo inter-religioso*”, finaliza seu estudo nestes termos: “A doutrina da Unidade do Ser em *Ibn Arabi* pressupõe a aceitação da universalidade das manifestações religiosas. As diversas expressões de crenças revelam que Deus está no centro de todas elas. As religiões são, a partir do pensamento de *Ibn Arabi*, diferentes manifestações da mesma realidade divina, ou seja, Deus se revela na diversidade religiosa sendo percebido de diversas formas. Apesar das diferentes crenças religiosas serem manifestações de Deus, elas são também limitações do Real. Por isso, nenhuma manifestação singular de fé tem a capacidade de expressar o Ser na sua plenitude. Deus assume formas diferentes nas religiões. Cada crença representa uma auto-revelação de Deus, pois ele se revela como múltiplas possibilidades. Cada partícula no universo manifesta Deus de acordo com sua natureza, capacidade e possibilidade. Nesse sentido, as religiões representam modos diferentes de percepção da mesma Realidade divina. Assim, cada religião, ou tipo de fé existente é uma representação de Deus. Por isso, não se pode excluir ou discriminar nenhuma forma de adoração, mas considerar cada uma dessas formas como um lugar de culto do Real. A Realidade, apesar de se manifestar em todos os objetos de culto, não se restringe a nenhum deles. *Ibn Arabi* propõe um modelo de interação entre fiéis de diferentes religiões cujo fundamento está no respeito e tolerância ao afirmar a manifestação de Deus em todas as formas de culto”.

No artigo intitulado “Quando o amor se torna assunto de Estado: brasileiras envolvidas com muçulmanos estrangeiros via *Internet*”, as autoras Flávia Andréa Pasqualin e Francirosy Campos Barbosa, chegam às seguintes conclusões: “Seria impossível mensurarmos com exatidão os casos de casamentos entre brasileiras e muçulmanos estrangeiros existentes. Contudo, por meio de nosso trabalho de campo em grandes mesquitas brasileiras, pelo acompanhamento das redes sociais, de trabalhos acadêmicos sobre relacionamentos e *internet*, assim como pelas notas divulgadas pelo Itamaraty conclui-se que essa realidade existe, aumenta e preocupa cada vez mais todas as partes nela envolvidas. Tomar conhecimento dos engodos amorosos que podem existir nesse tipo relação podem evitar grandes frustrações, endividamentos financeiros e até mesmo que a própria vida seja colocada em perigo e também a dos filhos, quando houver. Pois, todo término de casamento mobiliza um turbilhão de sentimentos nas pessoas envolvidas que somados às obrigações burocráticas para legalizar a nova situação

(muitas vezes, resolvidas num outro idioma e num outro país, que não o seu) acaba por desestabilizar psicologicamente os envolvidos. Supõe-se que uma das razões pelas quais a maioria das histórias ‘felizes’ não circulem pelas redes é porque muitas mulheres buscam proteger seus relacionamentos de comentários alheios. Segundo nossas interlocutoras, essa é uma tentativa de preservar o casal, enquanto que mulheres que passaram por relacionamentos traumáticos, buscam verbalizar suas experiências para também alertarem outras brasileiras a não passem pelos mesmos problemas. Muitos dos relatos felizes encontrados em *blogs* e comunidades do *Facebook* referem-se a casamentos ou uniões com menos de um ano de duração. No entanto, para nós, ainda que possam prevalecer histórias felizes (mesmo que ocultadas), a frequência com que os casos problemáticos nos chegam já é o suficiente para nos debruçarmos na tentativa de entendê-los e contribuir para que esse número possa ser sensivelmente atenuado. Com efeito, não se trata de negar a utilização dessas tecnologias na busca de um amor ou de novas vivências, uma vez que o mundo virtual é uma realidade. Mas é preciso saber utilizar esses novos recursos de maneira correta, seguindo as orientações de especialistas que nos sugerem sempre ter cautela, não se expor e investigar sobre a pessoa com quem está se relacionando, como também orientamos que a pessoa busque conhecer a religião – o Islã – com pessoas capacitadas para isso, no caso os Sheiks, para que as mulheres possam estar cientes de todos os seus direitos perante a religião, o que muitas vezes é ocultado ou apresentado de forma tendenciosa para que a mulher fique subjugada perante os acontecimentos”.

Patrícia Simone do Prado, presenteia-nos com o estudo “Nomear e estigmatizar: inferências sobre as implicações do uso do termo fundamentalismo como categorizador de identidade dos seguidores do Islã”. Segundo a autora, “se, sempre que se ouvir sobre identidade estará a se falar de embates pode se dizer que ao se falar de fundamentalismo estará a se dizer de uma categoria carregada de sentidos e estigmas. E é por isso que o estudo das categorias discursivas deve ser compreendido como algo importante e sério no sentido de que leva a reflexão sobre os significantes e seus significados. Mais que compreender as palavras passa a se compreender os valores ideológicos incrustados nas palavras e como esses podem influenciar na construção imagética sobre o outro, sobre um grupo, sobre uma sociedade. A construção identitária passa pelo discurso, passa pelas relações, pelas interações. Logo, não se pode desprezar nenhum desses passos, mas ao contrário, deve se analisar cada um deles de forma a procurar pelo quem diz? Por que diz? E como diz? Afinal, ao se falar em identidade todas estas perguntas se fazem presentes. A crítica que se faz nesta pesquisa é a de que, por ser uma categoria que carrega um histórico contextual e de exclusão, deve-se ter em mente que ao categorizar um grupo que foge a esse contexto há uma intencionalidade por trás disso, e descobri-la faz toda diferença não somente para a compreensão, mas para as ações que responderão a essa nomeação”.

No estudo “O Islã em vinte e quatro quadros por segundo”, de Kelen Pessuto, podemos ler: “Embora possa parecer desanimador o panorama traçado do cinema norte-americano, em relação à sua caracterização do povo mulçumano, podemos encontrar outras produções, como o cinema iraniano, que buscam retratar este universo na sua complexidade. Somente o conhecimento profundo de uma cultura e de si próprio permite que se construa uma imagem plural de outros povos, que não seja baseada em preconceitos e estereótipos. Isso não significa

que o realizador precisa ser um nativo, mas sim que ele procure conhecer a sociedade que pretende retratar livre de ideias pré-concebidas ou ideais que fazem parte do senso comum. A etnoficção é uma ferramenta, utilizada por Bahman Ghobadi na produção de seus filmes, que permite a descolonização da imagem do outro, pois ele procura conhecer profundamente o grupo que pretende filmar e que esta história faça realmente parte da vida deles, por isso ele não usa um roteiro escrito anteriormente, como a maioria dos cineastas costuma usar em suas ficções. Outro traço que demonstra este cuidado é o uso de improvisações, onde os sujeitos imprimem traços de suas próprias vidas nas películas, seja por meio de falas ou ações”.

“Orientalismo reflexivo: ou das lentes persuasivas que (ainda) colonizam o imaginário coletivo hegemônico sobre o Islã” é o título pelo qual as pesquisadoras Isabel Muñoz-Forero e Luana Baumann Lima se subscrevem nestes termos: “Deveria existir uma ética da responsabilidade mínima, que garantisse por exemplo a situação do lugar de fala e que impedisse qualquer narrativa essencializadora, reducionista e universalista de qualquer grupo que fosse. Não se pode falar de *a muçulmana* – *o muçulmano*, porque a esses pertencimentos tantos outros se hifenizam, como descendência étnica; escola jurídica, gênero e classe social, por exemplo. É preciso pro-nun-ci-ar: DAESH, organização de vertente wahhabita, historicamente aliada do triunvirato EUA – Israel – Grã-Bretanha. As maiores vítimas de grupos como este são as(os) muçulmanas(os). No entanto, são corpos que não importam socialmente, que não valem sofrimento, que não são dignos de enlutamento coletivo. Ante este tipo de considerações, essas vidas aparecem no cenário em sua forma mais paradigmática como o *homo sacer* de Agambem suspenso na esfera do soberano, quem decide finalmente quem pode ser assassinado sem que isso seja considerado delito. Estão vivos, mas são considerados como cadáveres que não representam nada, existências prescindíveis, porque desde muito antes da morte propriamente dita, sua vida carece de valor. Já passou da hora de falarmos explicitamente da lógica colonialista que ainda infecta a ordem social e que desafia as leis da matemática, afinal, *um* corpo europeu vale muito mais que *muitos* corpos palestinos, sírios, malineses, nigerianos e, etc.”.

As autoras Ana Maria Ricci Molina e Francirosy Campos Barbosa, pelo estudo “A ética sexual no Islã e do mundo ocidental: interpretando o corpo e o sexo”, chegaram às seguintes conclusões: “Não temos como deixar de lado David Le Breton para inscrevermos a interpretação feita nesse artigo a respeito da análise sobre corpo que o mesmo propõe. O corpo, enquanto marca do indivíduo e do(s) grupo(s) ao(s) qual(is) ele foi modulado, permite a visibilidade da trama de sentidos que o constitui, como metáfora da sociedade e de suporte aos valores por ali socializados e civilizados. Assim, a própria noção de corpo e de sexo interpretadas como parte da ética sexual para a sociedade muçulmana animam um modo de ser e preexistir para aqueles imersos nessa realidade. Corpo: matéria criada por Deus, com partes e funções específicas para a vida acontecer. Uma delas é o sexo. Sexo: força instintual que precisa acontecer como parte da realização humana. Casamento: autoriza o uso do sexo. Prescrições do Profeta: regulariza o uso do corpo e do sexo com normas para o bem comum. Razão: elemento do corpo que o liga ao espiritual para juízo de suas escolhas segundo as prescrições de ordem religiosa. Há uma suposta virilidade masculina enaltecida pelo islamismo ou o seu contrário, mas, que, independente dessa correlação, pressupõe-se certa dependência da mulher para ela acontecer. Mulher(es), corpo feito por Deus e pertinente ao homem para seu convívio

social (mundo privado e público) e exercício de sua natureza sexual (mundo privado). Ambos iniciam seu modo de subjetivação através das prescrições do Profeta, que agenciam um rol de rituais e significados, valorados e legitimados pela vida familiar e comunitária muçulmana. Uma normatização para a vida. Nascem as marcas para a fixidez de uma identidade com tecnologias de si para autocontrole e vigilância entre elas. Mas, resistências sempre são criadas. O combate a elas é ordem para o bom andamento das coisas”.

No estudo assinado por Camila Motta Paiva, sob o título “Sexo no Islã não é tabu: desejos, prazeres e práticas das mulheres muçulmanas”, podemos ler: “Vê-se pelos exemplos apresentados e analisados, que Islã, sexualidade, modernidade e feminismo não estão necessariamente em tensão. A meu ver, é interessante observar como a religião tem acompanhado as tendências e os debates importantes da atualidade, resguardando seus valores e sem romper com suas normas. É preciso compreender que as agendas e motivações das mulheres muçulmanas podem ser diferentes, mas sim incluem as arguições contemporâneas sobre gênero, corpo, direitos, sexualidade, empoderamento, etc. Especificamente sobre sexualidade no Islã, a literatura ainda é escassa em sua análise teórica e quase inexistente em termos práticos de pesquisa de campo. É fato que se tenta silenciar e ocultar a sexualidade feminina, mas isso extrapola o contexto islâmico. Através das narrativas das mulheres com as quais conversei, fica claro que elas possuem controle sobre seus corpos, estão envolvidas nestes debates contemporâneos e vivem sua sexualidade de forma livre, dentro do que tomam como suas chaves interpretativas: o casamento (*nikah*) é o espaço privilegiado de prazer, e a relação sexual um dos ornamentos da vida”.

Na seção da temática livre, a pesquisadora Francirosy Campos Barbosa, pelo texto “Tariq Ramadan: intelectual controverso”, enfatiza: “O pensamento de Tariq Ramadan é bastante amplo, sendo impossível dar conta em um texto. A intenção aqui foi abrir uma fresta para novas reflexões e instigar outros leitores para sua obra, pois em tempos de islamofobia crescente, os livros do autor e suas falas públicas caem como um suspiro em meio a tanta violência. O que é o Islã? No que acreditam os muçulmanos se faz necessário compreender para destacar de vez os estereótipos construídos pelas mídias. A preocupação do autor é tamanha com a ética islâmica que ele também faz uso de um hadith para exemplificar o seu pensamento sobre ética: “*Aquele cuja ética é boa, receberá de Deus o mesmo mérito daquele que jejua frequentemente e mantém vigília (durante a noite)*”. Desta forma, penso eu, ele não está só educando não muçulmanos, mas também muçulmanos, pois retoma os princípios islâmicos de forma bem compreensiva e didática. A ética de acordo com Tariq Ramadan embasa o conhecimento e comportamento islâmico. Busca-se, portanto, o *iman* (fé) e o *Ihsan* (sinceridade do coração), além disso, a ética está atrelada ao domínio do saber (jurisprudência, *ilm al-kalam*, *falsafa*, saberes místicos), sendo *akhlāq* (ética) o bom comportamento (*adab*) e representa a moral profética. A preocupação com ética está presente desde os primeiros pensadores muçulmanos, a fim de melhor compreender a mensagem do Alcorão e a tradição profética. Com a emergência das ciências, sua categorização e sua hierarquização, a reflexão sobre ética se diversifica das discussões filosóficas e origem dos valores morais (Revelação e/ou razão: *falsafa*, *kalam*), a relação entre os valores e as regras jurídicas (*fiqh*), ou ainda o lugar entre o comportamento virtuoso e elevação espiritual para os sufis. A ética islâmica é intrinsecamente ligada ao significado que se dá à adoração (*ibadah*), e este é o questionamento fundamental

(as/). Faz-se necessário para o pensamento do autor uma compreensão extensa sobre a ética e dos os campos profissionais atrelados também à religião. Como trazer reflexões como ética islâmica para o campo acadêmico é o grande desafio de Ramadan e que vem fazendo com bastante competência”.

Por fim, na seção tradução, encontra-se uma das quatro partes de um texto marcante de Pierre Thévenaz sobre a história da fenomenologia até o início dos anos cinquenta. A revista *Reflexão* assumiu a tarefa de publicar um panorama sobre Martin Heidegger, sendo que o original foi publicado em 1952 pela *Révue de Théologie et de Philosophie*, a cujos editores a revista *Reflexão* agradece por terem cedido os direitos de publicar o texto traduzido pelo professor José Olinda Braga. Segundo Thévenaz, “é inegável que em seus primórdios a fenomenologia era antimetafísica. Contra os sistemas, ela preconizava um método, contra toda especulação ou construção metafísica, uma filosofia que fosse ‘ciência rigorosa’, contra o realismo metafísico imoderado ela procedia a uma salutar colocação entre parêntese dos julgamentos da existência e da realidade. A fenomenologia se instalava, pois, numa zona metafísica neutra, aquela em que as ‘coisas mesmas’, antes de qualquer intervenção do espírito, se mostravam e se davam por si próprias. Seria então que a fenomenologia se orientaria na direção de um fenomenismo (o fenômeno concebido como realidade única)? Nada disso, já o dissemos, o fenômeno em Husserl não se opõe ao ser, ele não é uma coisa para nós em face de uma coisa em si: ele não é uma realidade menor, nem uma aparência, nem uma simples representação. Antes de mais, se a preocupação central da fenomenologia de Husserl é a pesquisa do fundamento radical e primeiro de todo conhecimento e se Husserl impulsionou essa pesquisa num sentido transcendental, é claro que essa filosofia chama uma teoria geral do ser, uma ontologia. A fenomenologia é, pois, animada instantaneamente, e muito rápido ao contrário que de modo latente, ainda que de uma forma somente latente, por uma preocupação ontológica. Ela é polarizada no sentido de uma nova metafísica e toma pouco a pouco consciência de que sua tarefa é precisamente de lançar os fundamentos. À medida que ela se aprofunda, torna-se manifesto que ela era justo e já desde suas fontes, uma ontologia que por causa de sua novidade mesma levou algum tempo para se reconhecer como tal. Por esse movimento incessante de ultrapassamento e de explicitação progressiva, a fenomenologia descobre e desvela bem naturalmente a ontologia que lhe subjaz e para a qual ela se volta. Isso já era visível em Husserl, e vai eclodir em Heidegger. Na passagem da primeira fenomenologia de Husserl à fenomenologia transcendental, nós havíamos lembrado que algumas disciplinas haviam acreditado testemunhar uma reviravolta do realismo ao idealismo. Em Heidegger mesmo, e em seguida em Sartre, acusou-se a fenomenologia de se retrair tornando-se ontologia. Mas se não se perde de vista, a permanência do problema em jogo e a continuidade precisa do método no seu aprofundamento mesmo, se descobrirá justamente nessa coincidência sempre mais marcante da fenomenologia e da ontologia, nessa ‘ontologia fenomenológica’, não mais um quadrado redondo nem um acoplamento monstruoso, mas a originalidade e a profundidade do novo método”.

Os editores da *Reflexão* convidam leitores e estudiosos a tirarem o máximo de proveito das ideias e resultados alcançados no presente número temático: “Enfoques do Islã na atualidade”.

Prof. Dr. Renato Kirchner
Editor-Chefe